

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL E DIREITO À CIDADE

[ARTIGO]

Elena Maria Rezende

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Alan César Belo Angeluci

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Nas cidades travam-se grandes conflitos urbano-ambientais, fazendo repercutir igualmente grandes disputas por narrativas em territórios informacionais. Este estudo aborda o fenômeno sociocomunicativo com foco em suas literacias de mídia e informação com jovens moradores do Núcleo Pintassilva, uma favela localizada dentro de um parque natural municipal em Santo André (SP), e tem por objetivo compreender como o mapeamento participativo digital pode articular de modo interdisciplinar os conceitos de direito à cidade, de literacias midiáticas e informacionais e a cartografia social. O processo de desenvolvimento como educação informal se mostrou promissor como metodologia ao promover a conciliação entre as literacias de mídia e informação como as percepções socioambientais no contexto de conflitos urbano-ambientais. Permitiu dialogar com as potencialidades entre direito à cidade para compreender o direito à cidadania digital.

Palavras-chave: Cidade. Literacias de Mídias e Informação. Mapeamento Participativo Digital.

Great urban-environmental conflicts are waged in the cities, as well as great disputes over narratives in informational territories. This study addresses the socio-communicative phenomenon focusing on its media and information literacy with young residents of Núcleo Pintassilva, a slum area located within a municipal natural park in Santo André (SP), and aims to understand how participatory digital mapping can articulate the concepts of the Right to the City, Media and Information Literacies and Social Cartography in an interdisciplinary way. The process of development as informal education was promising as a methodology by promoting the reconciliation of media and information literacies as socioenvironmental perceptions in the context of urban-environmental conflicts. The experience enabled the dialogue with the potentialities between Right to the City to an understanding of the Right to Digital Citizenship.

Keywords: City. Media and Information Literacy. Digital Participatory Mapping.

Hay grandes conflictos urbano-ambientales en las ciudades, así como grandes disputas sobre narrativas en territorios informativos. Este estudio aborda el fenómeno socio-comunicativo enfocándose en su alfabetización mediática e informativa con jóvenes residentes del Núcleo Pintassilva, una favela ubicado dentro de un parque natural municipal en Santo André (SP), y tiene como objetivo comprender cómo el mapeo digital participativo puede articular interdisciplinariamente los conceptos del derecho a la ciudad, la alfabetización mediática e informativa y la cartografía social. El proceso de desarrollo como educación informal se ha mostrado prometedor como metodología para promover la reconciliación de los medios de comunicación y las alfabetizaciones informativas como percepciones socioambientales en el contexto de conflictos urbano-ambientales. Permitió dialogar con las potencialidades del derecho a la ciudad para comprender el derecho a la ciudadanía digital.

Palabras clave: Ciudad. Alfabetización en Medios e Información. Mapeo Digital Participativo.

Introdução

Sob a constatação da sociedade da informação por excelência, que se consolida neste século, um olhar mais acurado inegavelmente perceberá a extensão quase ilimitada dos processos de digitalização da vida. Esse fenômeno é, ao mesmo tempo, inexorável e emblemático, tendo em vista todas possibilidades e limites que operam suas transformações nas culturas das relações pessoais, comunitárias, econômicas e políticas.

Na perspectiva da digitalização massiva da vida individual e social, na qual tudo pode ser representado de múltiplas maneiras e versões, a vida digital nos captura numa cibercultura, em que nossas informações são tratadas e utilizadas como mercadoria de alto valor, por meio das tecnologias da informação e Comunicação (TICs). Pelo meio georreferenciado, os indivíduos se transformaram em não sujeitos do seu lugar, de seu tempo e de seu espaço geográfico.

Nesse sentido, os mapas cartográficos e georreferenciados têm se expandido tanto como ferramenta de gestão pública e corporativa como na palma das mãos, por meio da telefonia móvel, incutindo e popularizando uma “cultura dos mapeamentos digitais”. Mas poucos se perguntam: o que dizem esses mapas sobre nós mesmos, sobre nosso lugar social em face das desigualdades socioeconômicas e digitais?

É nessa ambiência da infosfera¹ que se destaca a reflexão de dois desafios estruturais para o tema: de um lado, o acesso e

desenvolvimento das literacias de mídias e informação (MIL) e, de outro, o desenvolvimento de práticas digitais e presenciais no aperfeiçoamento democrático.

Considerando que o lugar privilegiado de ação cidadã ocorre no meio urbano, cabe compreender a cidade como espaço histórico e socialmente construído e sua dinâmica urbana, como expressões de sua virtualidade, onde o território funda um lugar (LEMOS, 2009). Segundo Lemos (2009), o fenômeno comunicativo se expande com rapidez e de modo complexo. O acesso às TICs cria novas arenas e esferas públicas com maior debate e embates, além de atores em rede, que teoricamente produzem e compartilham informações e se expressam de modo atemporal e simultâneo.

Nesse sentido, observa-se que o tema da aprendizagem de novos conhecimentos midiáticos e suas interações e participações como expressão de cidadania tem recebido grande atenção conforme o conceito de MIL, defendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No âmbito da comunicação social, compreendida no engajamento por causas comuns e de interesse público, podem ser realizadas grandes transformações sociais e culturais, potencializando, em muito, a esfera pública, com vistas a aprimorar um diálogo entre vários segmentos da própria sociedade civil e governos para a formulação de políticas públicas, reinventando, dessa maneira, as práticas de e-democracia e uma cidadania digital.

Lemos (2007, p. 19), refletindo sobre como os processos comunicacionais se inter-relacionam, observa que “é na relação entre cidade, no urbano que as tecnologias

1 Conforme definição de Floridi (2014).

dão forma às cibercidades ou cirberurbe”, e essas são mediadas entre seus atores em rede, numa relação muito intensa entre comunicação e espaço urbano.

David Harvey (2012) – o geógrafo britânico e professor na University of New York, que estuda a geografia urbana em seu livro *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, que tratou de identificar a centralidade que ocupa o espaço público das cidades como um locus político de interesse público –, ao considerar a obra de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade”, assevera que esse direito é coletivo, e não individual, no entanto o exercício desse direito é uma ação política de *refazer a cidade* e, a um só tempo, de se refazer.

Ainda segundo esse autor, mudar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização em contraposição à lógica da reprodução do capital global, que absorve as cidades como uma mercadoria, impondo-lhes modelos de macroempreendimentos imobiliários, associados a projetos de urbanização promovidos pelo Estado, produzindo mais desigualdades, desdobradas em gentrificação e favelização.

Lefebvre (2001) afirma que a cidade é um espaço percebido e um espaço concebido e vivido. Toma como base que o espaço é uma produção social, assim como a cidade é um lugar social construído historicamente que representa e espelha forças, interesses políticos, econômicos e socioculturais, carregado de dicotomias e contradições, assim como exclusões sociais.

Diante dessa cena urbana, o que cabe aos discordantes da lógica do mercado digital global é a rebeldia civil dos

movimentos sociais, a fim de recuperar a esfera pública de debate da cidade que se deseja (HABERMAS, 1997). Como exemplo podemos citar algumas manifestações de cidadania ativa, exercidas pelo ativismo do Movimento Passe Livre, mobilizadas pelas redes sociais em 2013, ou pelas convocações globais por Greve Geral Pelo Clima, liderada por Greta Thunberg em 20 de setembro. Trata-se de ações políticas que rediscutem um locus que ao mesmo tempo é social, geográfico e político.

É nesse contexto que se insere a disputa de narrativas dos mapas georreferenciados, estabelecida entre os mapas técnicos de grandes plataformas e os mapeamentos participativos, sendo estes os que privilegiam os saberes locais e de culturas tradicionais para descrever seus embates e conflitos sobre o uso do solo rural e urbano. Em grande medida são mapas temáticos ou situacionais que dão voz aos “rebeldes” das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas ou às populações de periferias das grandes cidades. São tecnologias sociais que propiciam um processo de percepção do espaço apreendido e de registro do conhecimento de determinado grupo ou comunidade em uma dada paisagem ou localidade, cujos resultados tanto de natureza subjetiva e simbólica como de natureza objetiva apresentam descrições de usos do solo, de atividades sociais e econômicas desenvolvidas.

Para inserir a dinâmica comunicacional nas cidades, é importante a compreensão de Lemos (2007, p. 19) para os territórios informacionais que, segundo o autor, são “áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano”, acessando, por meio de dispositivos móveis e redes

Wi-Fi, em que um “usuário se coloca neste território de modo imbricado no território físico (e político, cultural, imaginário etc.)” (Ibidem, p. 14). Para o autor, o fenômeno da geolocalização, amplia os sentidos de lugar, fato que impacta e remodela as práticas sociais no espaço urbano, ganhando qualidades informacionais que alçam a dimensão do fluxo e as mudanças da sociedade da informação. O que era apenas narração passa a ser cartografia e seus modos de mediação em lugares concretos do espaço urbano.

[...] as mídias locativas, pelas trocas informacionais no espaço urbano, criam novos sentidos dos lugares. Se a mobilidade era um problema na fase do upload do ciberespaço (ir ou sair do local de conexão), a atual fase do download (ou da internet das coisas), a mobilidade é uma oportunidade para usos e apropriações do espaço para diversos fins (lazer, comerciais, políticos, policiais, artísticos). Aqui, mobilidade informacional, aliada a mobilidade física, não apaga os lugares, mas os redimensionam. Com o ciberespaço “pingando” nas coisas, não se trata mais de conexão em “pontos de presença”, mas de expansão da computação ubíqua em “ambientes de conexão” em todos os lugares. Devemos definir os lugares, de agora em diante, como uma complexidade de dimensões físicas, simbólicas, econômicas, políticas, aliadas a banco de dados eletrônicos, dispositivos e sensores sem fio, portáteis e eletrônicos, ativados a partir da localização e da movimentação do usuário. Esta nova territorialidade compõe, nos lugares, o território informacional (LEMOS, 2009, p. 33).

Admitindo-se a existência de várias versões dos dados georreferenciados sobre

o mesmo território, coube aqui estudar a literacias de mídia e informação por meio de uma prática de mapeamento participativo digital com moradores de uma comunidade de favela, o Núcleo Pintassilgo, localizado dentro de um parque natural municipal em Santo André (SP), a fim de compreender as percepções socioambientais de seu território. O recorte do perfil etário (jovens entre 12 a 29 anos) foi adotado por serem reconhecidos como os expoentes mais imersos no ambiente digital. São considerados *nativos digitais* os jovens nascidos após 2004 que interagem com as TICs de modo mais intensivo e dinâmico. Por esse motivo a pesquisa se ajustou ao olhar desse público, com intenção de observar como esses jovens percebem, leem, descrevem e apreendem sua cidade como um lugar geográfico onde vivem, e como lidam com suas literacias das mídias e informações, por meio da situação de aprendizado wdo mapeamento participativo digital, a fim de que experimentem suas observações urbano-ambientais desde seu território informacional.

A cartografia social, a comunicação e o direito à cidade

Para Lussault (1995, p. 170) “todos os mapas são uma abstração, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista”, assim como o foram os mapas imaginários, antes mesmo da escrita. Consequentemente, “após as invenções técnicas de suas medições de territórios plurais e polissêmico, aberto e aleatório e não controlável, foram sendo transformadas em instrumento controlado a serviço da ação política” (LUSSAULT, 1995, p. 170)

apud ACSELRAD, 2013, p. 2). Nessa perspectiva, todo mapa elaborado – seja com qual for a técnica – é permeado e mediado por decisões políticas.

De modo a compreender como os nativos digitais conectados em plataformas globais leem seu território local, buscou-se na cartografia social meios que visam a construção de multissubjetividades ao propor aos seus participantes identificar e refinar seu olhar para a realidade, exercendo interpretação, comunicação, interação social e construções de cenários consensuais e dialógicos compreendidos na natureza espacial, recriando no mapa a realidade representada, com seus simbolismos, sentimentos e expectativas. Essa visão crítica apontada por Acselrad (2013) aborda um novo campo de disputa, além dos modelos técnicos cartográficos, agora modelos simbólicos e articuladores de narrativas, contrastando o saber-poder.

Entre pesquisadores da comunicação e cultura, Martin-Barbero (2003) afirma não poder analisar os problemas da comunicação sem considerar os aspectos relacionados às sociabilidades e identidades, à produção material, às políticas institucionais, aos círculos de informação, às matrizes culturais, aos modos político-econômico e político de organização e a todas as mediações que resultam destas relações complexas e diversas.

Disso se deriva reconhecer o campo da comunicação e da cartografia mais do que nunca, na atualidade, como campos híbridos e convergentes, transdisciplinares ou interdisciplinares. Nesse sentido, compreendemos e concordamos com Morin (2005) e com os demais estudiosos

que vêm desenvolvendo trabalhos sobre essa nova prática, que é transdisciplinar (inter/trans/disciplinar), em que se consolida uma episteme complexa. Esta, sim, poderá dar conta de compreender os processos comunicativos presentes no mundo atual.

É possível afirmar, então, que coexistam processos de cartografias como sistemas de comunicação simbólica e gráfica, que veiculam narrativas e as expressam conforme sua percepção e olhar crítico sobre a realidade local e global, singular ou temática, destacando geografias físicas, humanas e econômicas.

À luz das observações McLuhan (2001, p. 161) de que “nós moldamos nossas ferramentas e somos moldados por elas” – dada a condição dessa esfera pública, dessa polis-digital ou dessa aldeia-global-digital –, é necessário buscar compreender a mutação cultural de tais transformações no âmbito individual e coletivo, com suas singularidades, o que se retratará neste fragmento das dinâmicas da cidade.

No Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana que, na prática, nega direitos, em especial aos “invisíveis” no processo de planejamento e produção do espaço urbano – inclusive seus direitos de cidadania digital. Condições como gênero, raça, idade, etnicidade, renda e local de moradia distribuem desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização.

As desigualdades ainda são relevantes entre as classes socioeconômicas e entre áreas urbano e rural. Mostra disso é

o dado demonstrado em 2018 que aponta que 19% dos domicílios conectados não possuem computador, contrastando com 4% em 2014, o que revela acentuado grau de desigualdades digitais. Em contrapartida, metade da população conectada teve seu acesso exclusivamente por meio de telefone celular, representando 58,7 milhões de pessoas conectadas, entre usuários de classe D, E e em áreas rurais. Esses indicadores demonstram que a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) ainda não tem surtido efeitos práticos de melhorias, especialmente para as populações de periferias digitais.

Quanto às oportunidades para cidadania e engajamento, considerando os tipos de uso, os resultados indicam a predominância de atividades ligadas à comunicação e ao entretenimento, entre elas: 79% mensagens instantâneas, 77% assistir a vídeos, 75% ouvir música e 73% redes sociais. Pôde-se identificar “novas oportunidades de práticas on-line, como aquelas que consideram participação social, educação e acesso à informação” (CETIC.BR, 2017, p. 26).

Para Van Deursen (2010), a desigualdade do acesso, assim como das habilidades nesse consumo midiático, se configura como exclusão digital, o que, por consequência, se configura em uma lacuna participativa. Assim, embora existam acessos públicos, o uso e o manejo determinam consumidores precários e consumidores de elite dessa cultura de mídia digital, demonstrando o quanto a sociedade da informação ainda não está completamente preparada para lidar com a complexidade e as contradições das transformações da cultura digital.

A Nova Agenda Urbana (NAU) para a Conferência Habitat III (2016)², intitulada “Direito à Cidade e Cidades para Todos”, fundamentou-se pelo entendimento de que as cidades são um bem comum e devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, cumprindo sua função social, com espaços públicos, com respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente e com economia inclusiva. Nessa oportunidade houve um alinhamento também com outro protocolo global, a Agenda 2030, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o nº 11: “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, garantindo acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Os territórios de periferias das grandes cidades – como é o caso de Santo André e, particularmente, do Núcleo Pintassilgo – se sujeitam à condição de “não-cidade”, conforme definida por Maricato (2002, p.140, grifo da autora) ao argumentar que “parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas [...] para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2002, p. 122).

Ao reconhecer essa assimetria da cidade, reconhece-se também a necessidade de empreender esforços para conhecer e

2 Conferência Habitat III. Disponível em: <http://bit.ly/2QRhAqh>. Acesso em: 11 setembro 2019.

“religar” parte dessa cidade que é historicamente negligenciada. Para tanto, remete-se à *hibridação cultural* que, segundo Canclini (2011), indica caminhos para uma compreensão mais dinâmica e diversa dos processos comunicativos. As narrativas e apreensão das percepções dos grupos de periferia podem, nesse sentido, sanar lacunas de vozes não escutadas e afirmar a necessidade de identificar as ordens habituais e suas possíveis desconstruções para revelar as rupturas e justaposições, entre as noções de cidade tradicional e a cidade insurgente, que se viceja nas práticas de comunicação das periferias da cidade de Santo André.

As literacias de mídia e informação no mapeamento participativo digital

As principais sustentações teóricas estão ancoradas na concepção de Yoram Eshet-Alkalai (2004), que utiliza categorização das literacias em cinco tipos que se inter-relacionam: (1) literacia foto visual (proporciona a interação com representações visuais e interfaces gráficas, especialmente a partir da decodificação de imagens); (2) literacia de reprodução (desenvolve habilidades que possibilitam a descoberta e recombinação de conteúdo, além da disseminação de informações criativas); (3) literacia da informação (permite identificar e filtrar as informações mais qualificadas); (4) literacia ramificada (importante para indivíduos que tenham interesse em desenvolver o pensamento abstrato para participar da construção do conhecimento no ambiente hipermídia); e (5) literacia

socioemocional (precisa que o indivíduo possua alto grau de outras literacias já mencionadas e possibilita a identificação de obstáculos e armadilhas digitais, o que facilita a interação e, por consequência, a troca de experiências, emoções e informações estruturadas).

De maneira geral, essas literacias de mídias e informação lidam com um acervo diverso de competências e habilidades – que não se referem somente ao uso de computadores e da web, mas, também, da compreensão e aplicação de tecnologias, além de consumo, gestão, recombinação e disseminação de informações – para desempenhar atividades em ambientes digitais de maneira eficaz, por meio de raciocínio crítico, autônomo e independente, construindo sentidos e narrativas por meio do uso de TIC (CAPOBIANCO, 2010; ESHET-ALKALAI, 2004; PASSARELLI; JUNQUEIRA, 2012).

Observa-se que o tema da aprendizagem de novos conhecimentos midiáticos, suas interações e participações como expressão de cidadania, tem recebido grande atenção e esforços para preparar as sociedades para uma inclusão qualitativa no mundo digital, com fins de preparar e possibilitar cidadãos e cidadãs digitais (Figura 1).

No âmbito internacional, especialmente no continente europeu, surgem manifestos em forma de declarações, como a Carta Europeia para a Literacia dos Media³, cujos objetivos visam promover expressões culturais e incentivo a uma

³ Disponível em: <http://bit.ly/2tAENVK>. Acesso em: 9 set. 2018.

aprendizagem permanente e, principalmente, uma participação e cidadania ativa por meio de uma democracia abrangente a todos os setores da sociedade e iniciativas de políticas públicas a exemplo da adoção de uma educação para os media.

Tendo como referência alguns protocolos internacionais, representados aqui pela Unesco, tem sido pautado ao longo dos últimos anos o papel estratégico da comunicação social como valor emergente e contemporâneo, diante das TICs.

[Figura 1]
Importância de inclusão qualitativa no mundo digital



Fonte: Imagens de Carolina Góis, Mariana Guarnieri e autora (2019)

Desde 2018, a Unesco vem disponibilizando para o Brasil uma série de volumes sobre padrões de competência em TIC. Em 2013, lança uma publicação de sugestão de currículo para alfabetização midiática e informacional⁴, para formação de professores. Esses documentos, têm manifestado um grande empenho para promoção das

MIL como essencial para as relações entre a educação, cultura e cidadania.

Contudo, no contraponto de uma visão global do tema, apresenta-se uma visão local, especialmente no contexto das cidades, onde todos habitam e convivem. Nesse sentido cabe considerar nesta análise o conceito de direito à cidade,⁵ de Henri Lefebvre (2001), que continua a

4 Publicação da Unesco: *Alfabetização midiática e informacional*. Disponível em: <http://bit.ly/2MZ-VrVY>. Acesso em: 18 abr. 2018.

5 Conferência Habitat III. Disponível em: <http://bit.ly/2QRhAqh>. Acesso em: 11 setembro 2019.

influenciar a análise do espaço urbano e o papel das cidades na gestão democrática.

Lefebvre (2001) concebe que a cidade é um *espaço percebido* e um *espaço concebido e vivido*, e toma como base que compreender a cidade como um lugar social, construído historicamente, que representa e espelha forças de interesses políticos, econômicos e socioculturais, carregado de dicotomias e contradições, exclusões sociais, é compreender que a cidade é que pulsa no coração de quem a habita.

No que diz respeito ao diálogo entre o poder público e os segmentos denominados excluídos, seja por sua condição ou local de moradia, principalmente os moradores da periferia muitas vezes são tratados com negligência. A administração pública, que é fortemente marcada pela cultura patrimonialista, tecnocrática e avessa à transparência – sobretudo ao debate público de seus projetos, frequentemente manifesta seus preconceitos ou inseguranças. Talvez por não saber lidar com este público, excluído economicamente, sempre se teme essa comunicação direta. Assim, via de regra, os processos dialogicamente construídos com a população são substituídos por cooptações e ações populistas, enfraquecendo sua cidadania.

O mapeamento digital e suas literacias aplicadas

A partir do uso da plataforma do Knight Lab⁶, se estabeleceu um processo de aprendizagem digital entre os jovens

⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2QtfaIM>. Acesso em: 19 nov. 2019.

participantes. Após duas oficinas, estes decifraram a compreensão e o manejo operacional e cumpriram com a tarefa de digitalizar o mapeamento participativo. Nesses procedimentos de produção de informações, capturaram e editaram de imagens e redigiram textos com suas narrativas em uma base de georreferenciamento. A análise dos resultados se baseou no modelo de Eshet-Alkalai (2004) sobre as literacias e processos cognitivos, tratado como um exercício de um saber digital no qual se avalia de modo holístico e sincrônico todas as cinco literacias, podendo se destacar as capacidades e competências cognitivas, de habilidades como a da leitura espacial e geográfica.

Os aspectos da proteção e conservação ambiental e as urgências de saneamento ambiental foram o que mais chamaram atenção dos participantes.

O mapeamento digital realizado possibilitou um olhar aéreo e na totalidade de um território informacional. Destaca-se o fato de os aspectos cognitivos da percepção terem sido aguçados pela oportunidade dos jovens se verem e se reconhecerem no mapa, no contexto de sua comunidade, experienciando o pertencimento e a identidade do lugar. Nesse sentido, foram estimulados de forma indelével sua cotidianidade, como assim tratou Martim-Barbero (2003).

Considerações finais

Na tradição de planejamentos urbanos das cidades os mapeamentos participativos ainda são raros, seja por desconhecimento, seja por não haver interesse por esse tipo de

diálogo. Por vezes, apesar de bem-intencionadas as iniciativas que em boa medida se utilizam de abordagens metodológicas que ainda se definem a partir de dados estatísticos de fonte secundárias, estas dão conformação a uma participação tutelada, como se todo o processo de produção dialógica fosse restrito a registrar uma fotografia, “comunicar” a população e convidá-la a tecer apenas breves comentários, mantendo-a em uma condição passiva que em nada propiciará alterar sua realidade social.

A fim de ler o mundo das comunidades de periferias na concepção freiriana – homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, de múltiplas etnias e singularidades culturais habitantes das grandes cidades – todos têm à frente o desafio da inclusão às literacias de mídias e informação, tão incompletas e deficitárias.

Talvez o principal enfrentamento desse desafio para a cibercidades seja ampliar o entendimento da dimensão política e democrática da gestão, bem como o manejo dos territórios informacionais e, assim, possibilitar que segmentos excluídos, sem conexão digital, sem voz e invisibilizados do processo de urbanização das cidades, sejam efetivamente transformados em sujeitos passíveis do direito à cidade, uma vez que atores-sujeitos em rede têm propostas, visões e versões sobre a cidade que desejam criar.

Esses resultados subsidiam as instituições acadêmicas, governos e outras instituições ou entidades não governamentais do campo democrático, no sentido de iniciar uma compreensão de como o fenômeno da cibercultura impacta e se recria com as comunidades de periferia. Dessa forma

propicia a esses setores da sociedade participarem, de forma mais equânime, da esfera pública na formulação e execução das políticas públicas, especificamente no campo temático socioambiental, tornando-se mais visíveis, audíveis em prol da sua qualidade de vida e, por que não, atores sociais capazes de formular indicadores territoriais de sustentabilidade local e global.

Foi possível constatar no mapeamento que o olhar dos jovens sobre o espaço geográfico e social em que vivem se transformou. Quando eles se identificam nos fragmentos, conseguem apreender o todo do “lugar”. Suas histórias e percepções demonstraram que sabem quem são, de onde vieram, sabem o que têm direito, a condição onde estão, seus limites e suas qualidades. Destaca-se, como impacto sociocomunicativo relevante, a mudança de postura das participantes pois, a partir do momento em que se identificam e se percebem no todo do lugar, despertam para a busca da organização comunitária.

De modo sutil e pouco verbalizado, mas mediados pelas legendas e os símbolos contidos nos PINS (Personal Identification Number)⁷, foi possível afirmar que a maioria dos jovens participantes sabem que têm direito à cidade, tanto que manifestaram, por meio da crítica social, seus desejos de mudanças e de transformações sociais. Como bem ressaltou Santos (2008, apud PINHO; GIRARDI, 2017, p. 11), “o espaço, enquanto estrutura da sociedade tem poder explicativo sobre ela, por ser capaz de agir e

⁷ Para atividades georreferenciadas, utiliza-se um PIN como descrição de coordenadas cartográficas e identificação de um lugar no mapa. Disponível em: <http://bit.ly/2sHPtIF>. Acesso em: 15 set. 2019.

reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre essa como um todo”.

Diante do paradigma dessa sociedade da comunicação – enquadrada em um capitalismo cognitivo contemporâneo – novas culturas emergem e vão transformando cada vez mais os sujeitos das produções das informações e de suas narrativas. Nesse contexto, como diz o filósofo Hans Jonas (2006), um dos maiores desafios é garantir consistência e envergadura ética para alimentar a liberdade, a emancipação, a fraternal dimensão da responsabilidade digital ou o alargamento do que se pode denominar como construção da cidadania digital para as futuras gerações.

Em síntese, todas as literacias de mídias e informação – de foto-visual, reprodução, pensamento hipermídia, informação, socioemocional – foram utilizadas, em menor ou maior grau, no mapeamento participativo digital. As participantes demonstraram um nível de desenvoltura e rapidez para a apreensão dos procedimentos técnicos, a empatia com o lugar geográfico, onde o aspecto afetivo e identitário foram propulsores do desejo de continuar a mapear e gerar informações com a comunidade. Tais saberes adquiridos proporcionam ampliação do conhecimento da realidade social levando à práxis social e política. Evidências foram um maior grau de percepções diante de seu habitat, antes invisível⁸ “aos seus olhos”, na expressão de

⁸ Essa invisibilidade é reconhecida como desafio pelo marco legal das cidades, por meio do Estatuto da Cidade e pela *Carta Mundial pelo Direito à Cidade* (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006), que compreende: “É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis

uma das participantes, criaram interações presenciais, desenvolveram maior empatia social, manifestaram o desejo de transformação da realidade urbano-ambiental e, acima de tudo, desenvolveram um olhar também para o exercício de sua cidadania ativa e de sua cidadania digital.

O desafio do aumento das ações que possibilitem os parâmetros e indicadores de literacias de mídias e informação de qualidade, a partir da concepção da Unesco das MIL, está intimamente correlacionado às condições socioeconômicas que criam as desigualdades abissais no Brasil e dificultam ou impedem o acesso à cidadania plena, a um agir comunicativo e ao pleno exercício democrático.

Na ausência de políticas públicas de comunicação social institucional, de processos de educação para as literacias midiáticas, desenvolver um produto que possa colaborar com o controle e a transparência das informações pode ser uma contribuição inovadora e absolutamente necessária em tempos de retrocessos de conquistas de direitos, no marco neoliberal da globalização.

Chega-se à conclusão de que as capacidades, competências e atitudes próprias das MIL são elementos fundamentais que podem convergir para ampliar e potencializar processos participativos iniciados ou não por meio digital.

e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequada”.

Em tempos de alardeados projetos de “cidades inteligentes” que prometem “tudo”, contando apenas com as tecnologias como eixo propulsor de melhor qualidade de vida, persistem os processos de literacias no contraponto hegemônico das forças que dominam esses processos. Apesar das alienações e apatias presentes, ainda é possível verificar experiências de apropriações de lugares e espaços que desenham um novo espaço público de habitar e interferir na agenda das cidades, em que, certamente, vivenciar um lugar territorial que depois, de modo virtual, promoverá outras perspectivas capazes de articular significados e entendimentos para novas relações sociais e culturais para uma cidade digital singular e plural, global e local, na qual não sejam mais necessários processos de literacias, mas que a educação e a cidadania sejam plenas. ■

[ELENA MARIA REZENDE]

Mestranda em Inovação na Comunicação
de Interesse Público da Universidade
Municipal de São Caetano do Sul (USCS).
E-mail: eleninha.sp@gmail.com

[ALAN CÉSAR BELO ANGELUCI]

Professor Doutor do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Municipal de São Caetano do Sul.
E-mail: aangeluci@gmail.com

Referências

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2011.

CAPOBIANCO, Ligia. **Comunicação e literacia digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA-SP – PONLINE. 2010. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CETIC.BR. **TIC Domicílios 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2sSC4Hd>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ESHET-ALKALAI, Yoram. Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era. **Journal of Educational Multimedia and Hypermedia**, Waynesville, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution**: how the infosphere is reshaping human reality. London: Oxford University Press, 2014.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://bit.ly/37GYn1C>. Acesso em: 10 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HARVEY, David. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. London: Verso, 2012.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, André. Locative media in Brazil. **Wi**: Journal of Mobile Media, Toronto, Summer, 2009.

LEMOS, André. Mídias locativas e territórios informacionais. *In*: ARANTES, Priscila; SANTAELLA, Lucia (org.). **Estéticas tecnológicas**: novos modos de sentir. São Paulo: PUC, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/39J78df>. Acesso em: 22 dez. 2019.

LUSSAULT, Michel. La ville clarifiée: essai d'analyse de quelques usages carto- et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain. *In*: CAMBRÉZY, Luc; DE MAXIMY, René (ed.). **La cartographie en débat**: représenter ou convaincre. Paris: Karthala – Orstom, 1995. p. 157-195.

MARTIN-BARBERO, Jésus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**: understanding media. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2001.

MORIN, Edgar. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 6 v.

PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antonio Hélio. **Gerações Interativas Brasil**: crianças e adolescentes diante das telas. São Paulo: Escola do Futuro, 2012.

PINHO, Talita Guimarães Fonseca de; GIRARDI, Giseli. Construção de proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana: estudo no “território do bem” – bairro São Benedito – Vitória/ES. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 241-277, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/302cwnq>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

VAN DEURSEN, Alexander Johannes Aloysius Maria. **Internet skills**: vital assets in an information society. 2010 Thesis (Doctorate in Social Sciences and Technology) – University of Twente, Twente, 2010.